

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

LUIS HUMBERTO PINTO ALDERETE

**A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) NO MUNICÍPIO DE MAÇAMBARÁ/RS**

ITAQUI

2013

LUIS HUMBERTO PINTO ALDERETE

**A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) NO MUNICÍPIO DE MAÇAMBARÁ/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr^a Fabiana Thomé da Cruz
Coorientador: Ms. Simone Weschenfelder

**ITAQUI
2013**

LUIS HUMBERTO PINTO ALDERETE

**A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) NO MUNICÍPIO DE MAÇAMBARÁ/RS**

Aprovado com Conceito (B)

Prof(a). Dr(a). FABIANA THOME DA CRUZ
Orientador
UFRGS

Prof(a). Dr(a). GABRIELA PEIXOTO COELHO DE SOUZA
UFRGS

Prof. Dr. IRIO LUIZ CONTI
UFRGS

ITAQUI, 24 de JULHO de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família, em especial a minha mãe Soeli e meu pai José Luiz e ao meu querido filho Luiz Augusto e minha esposa Giovana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força que me concedeu para a realização desse curso, em que consegui quebrar muitas barreiras.

A minha Orientadora Dr^a. Fabiana Thomé da Cruz, pela compreensão com a dificuldade de tempo em que tive para a realização desse trabalho e a sua contribuição com seu conhecimento para a orientação do TCC, a Coorientadora Ms. Simone Weschenfelder pelo seu conhecimento que também proporcionou a realização desse trabalho.

A minha família pela compreensão nos momentos importantes em que estive ausente, em especial a Giovana Feistauer.

A minha irmã Lisandra Pinto Alderete Fontoura pelo incentivo.

Aos meus colegas que de uma forma ou de outra contribuíram para a minha formação, em especial ao colega Darlei Lopes Talhaferro, Pedro Dalenogare e Anderson Escobar de Almeida, com quem realizei trabalhos ao decorrer do curso.

Ao Tutor Ataídes de Oliveira Assis e a Coordenadora do Polo Itaqui, Indíra Escobar de Almeida.

Aos produtores que contribuíram com a realização deste trabalho.

Aos representantes dos Órgãos em que realizei pesquisas e entrevistas. De uma forma geral, a todos os que contribuíram para a minha formação.

“Parar não é descansar
Porque estar parado, cansa...”

Payada do negro Lucio
(Jayme Caetano Braun)

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo descrever como está ocorrendo a inserção dos agricultores familiares e escolas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Maçambará/RS e identificar as vantagens e dificuldades para a agricultura familiar decorrentes da inserção ao PNAE, como também analisar a contribuição do PNAE para a Segurança Alimentar e Nutricional da comunidade escolar municipal. A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi qualitativa, especialmente pesquisa exploratória. Para a coleta de dados foi utilizado pesquisa documental e entrevista semiestruturada. Através dos dados coletados evidenciou-se a importância do PNAE para a Segurança Alimentar e Nutricional da comunidade escolar de Maçambará e do mercado institucional disponível para a agricultura familiar. A pesquisa evidencia que em Maçambará existe uma lacuna a ser preenchida, de modo que o crescimento da produção deve ser explorado para o sucesso do PNAE.

Palavras chave: Agricultura Familiar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Segurança Alimentar e Nutricional.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo describir cómo está ocurriendo la inserción de los agricultores de la familia y las escuelas por el Programa en Maçambará/RS, y identificar las ventajas y las dificultades de las explotaciones familiares causadas por la inserción del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), así como la contribución del Programa para la Seguridad Alimentaria y Nutrición en el consejo de la comunidad escolar. La metodología utilizada para llevar a cabo este estudio fue la investigación cualitativa, exploratoria para la recolección de datos se utilizó la investigación documental y la entrevista semi-estructurada. A través de los datos obtenidos pusieron de manifiesto la importancia del PNAE para Seguridad Alimentaria y Nutricional para la comunidad escolar y Maçambará mercado institucional disponible para granjas familiares, donde hay una brecha por cubrir en el crecimiento de la producción debe ser explotado para el éxito de PNAE.

Palabras clave: Agricultura Familiar, Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), Seguridad Alimentaria y Nutricional.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	17
3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE MAÇAMBARÁ...	17
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR.....	18
3.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	19
3.4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MAÇAMBARÁ /RS	23
4.1 INSERÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES E ESCOLAS NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MAÇAMBARÁ.....	23
4.1.1 Caracterização das propriedades participantes do PNAE em Maçambará, RS.....	24
4.1.2 Expectativa em relação ao PNAE em Maçambará.....	29
4.2 VANTAGENS E DIFICULDADES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DECORRENTES DA INSERÇÃO AO PNAE.....	30
4.3 A CONTRIBUIÇÃO DO PNAE PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR DE MAÇAMBARÁ.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES E ANEXOS.....	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Plantação de tomates propriedade A, localizada em Maçambará/RS..	26
Figura 02. Estufa com produção de tomates Propriedade A.....	26
Figura 03. Sede da Associação Agrovila, Maçambará, RS.....	26
Figura 04. Horta da propriedade B.....	27
Figura 05. Horta da propriedade C.....	29

LISTA DE TABELA

TABELA 1.....	32
---------------	----

1 INTRODUÇÃO

Maçambará é um município do Rio Grande do Sul essencialmente agropecuário, com produção voltada ao arroz irrigado e à pecuária de corte, além de demais cultivos em menor escala nos quais a agricultura familiar vem ganhando destaque com sua produção e com os benefícios oriundos de Programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em decorrência da importância desse programa no que diz respeito, entre outros aspectos, à dinamização da agricultura familiar, buscou-se analisar de que forma está sendo conduzido o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Maçambará, RS.

Desse modo, tomando o caso de Maçambará, neste trabalho trataremos da problemática em torno das transformações socioeconômicas que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem proporcionado ao município de Maçambará. O trabalho buscou analisar as transformações no município a partir do PNAE e suas contribuições tanto para a comunidade escolar beneficiada quanto para a agricultura familiar local.

O PNAE foi implantado em Maçambará no ano de 2010, passando a crescer ao decorrer dos anos. Atualmente, seis agricultores familiares são participantes do PNAE no município e contam com assistência técnica da EMATER local e apoio da Secretaria de Agricultura. Entre os benefícios do PNAE, estão a alimentação de qualidade nas escolas do município, que atendem, em cinco unidades, mais de seiscentos e noventa alunos e, ainda, a garantia de comercialização da produção oriunda da agricultura familiar do município.

A economia do município de Maçambará é baseada na produção agropecuária em grandes propriedades, mas, crescentemente, a agricultura familiar vem ganhando destaque, pois o município, por meio da Secretaria de Agricultura, vem dando prioridade à produção familiar, estimulando a produção diversificada com incentivos à implantação de novos cultivos, fornecendo assistência técnica e disponibilizando uma patrulha agrícola¹ para auxiliar na produção das famílias de agricultores (Secretaria Municipal da Agricultura de Maçambará, 2012).

¹ Patrulha Agrícola: denominação da equipe da Secretaria da Agricultura do Município de Maçambará para ser referir aos maquinários como tratores e implementos agrícolas destinadas ao preparo do solo e plantio.

O PNAE é considerado o maior Programa de suplementação alimentar do país, estando presente em quase todos os municípios brasileiros. A alimentação oferecida nas escolas tem uma contribuição direta com a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, de forma que o PNAE é considerado um importante programa de garantia a segurança alimentar no país, contribuindo com o rendimento e aproveitamento dos alunos em sala de aula (BELIK; CHAIM, 2009).

A escolha por discutir esse tema no município de Maçambará é de extrema importância, visto que, nesse município, ainda não existe um estudo sobre como está sendo a implementação do PNAE, em especial com a comunidade escolar e a agricultura familiar. Assim, este estudo poderá auxiliar as autoridades do município e agricultores familiares a avaliarem os efeitos produzidos a partir do PNAE na comunidade como um todo. Em se tratando de um tema importante como o da Segurança Alimentar e Nutricional, este estudo pode contribuir ainda para elencar ações sobre como garantir a comercialização dos produtos pelas famílias participantes.

Nesse contexto, o trabalho teve por objetivo geral descrever a contribuição do PNAE para a agricultura familiar e a comunidade escolar de Maçambará. Os objetivos específicos foram: 1) descrever como está ocorrendo a inserção dos agricultores familiares e escolas; 2) identificar as vantagens e desvantagens para a agricultura familiar decorrentes da inserção ao PNAE e 3) analisar a contribuição do PNAE para a Segurança Alimentar e Nutricional da comunidade escolar de Maçambará.

A motivação para a escolha do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como objeto de estudo se originou a partir das discussões propostas pelo curso Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), em especial na disciplina DERAD 25 Tópicos Especiais: Segurança Alimentar e Nutricional, que teve por objetivo discutir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nessa disciplina através de um trabalho realizado sobre a SAN, destacou-se a importância do PNAE para a agricultura familiar e para a comunidade escolar, o que estimulou a realização desta pesquisa.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. Além do primeiro, que traz a Introdução, o segundo capítulo apresenta os Procedimentos Metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. O terceiro capítulo aborda a Revisão de Literatura, que apresenta a caracterização socioeconômica do município de

Maçambará, conceitos de agricultura familiar, do Programa Nacional de Alimentação Escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional.

No quarto capítulo são apresentados os Resultados e Discussão da pesquisa, enfatizando aspectos do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Maçambará/RS. Nesse capítulo são descritos a inserção dos agricultores familiares e escolas no Programa Nacional de Alimentação Escolar em Maçambará, também são apresentadas as vantagens e dificuldades para a agricultura familiar decorrentes da inserção ao PNAE, e a contribuição do PNAE para Segurança Alimentar e Nutricional da comunidade escolar de Maçambará. E, por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais do trabalho.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi a abordagem qualitativa, que auxiliou para levantar dados para o estudo de caso.

Para a realização desse estudo, foi realizada, inicialmente, uma pesquisa exploratória, que buscou levantar dados sobre a forma como está sendo conduzido o PNAE em Maçambará/RS. Conforme Gerhardt et al. (2009, p.67), esse tipo de pesquisa pode ser entendida como aquela que “busca uma abordagem do fenômeno pelo levantamento de informações que poderão levar o pesquisador a conhecer mais a seu respeito”, pois permite que o pesquisador tenha melhor conhecimento sobre o assunto. Para o estudo, utilizou-se também a pesquisa bibliográfica e documental dos dados secundários, sendo realizadas consultas na internet e a instituições como EMATER e Secretaria Municipal de Educação. Para os dados primários, foram realizadas entrevistas com os produtores e com os representantes da EMATER, Secretaria Municipal de Educação e nutricionista, conforme roteiro presente em Apêndice (Apêndice A). Para todas as entrevistas, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os entrevistados (Apêndice B).

Para a realização desta pesquisa e discussão dos resultados encontrados, assumimos como referência dados da EMATER, Secretaria Municipal da Educação e dos produtores familiares participantes do Programa PNAE do município de Maçambará.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturada. Além de entrevistas, foi utilizado também um caderno de campo, que serviu para uma estruturação preliminar dos dados coletados e, ainda, uma máquina fotográfica para registrar imagens relevantes das propriedades rurais participantes do PNAE, onde foram entrevistados os agricultores familiares.

Conforme o responsável técnico da EMATER, atualmente o município conta com seis agricultores familiares participantes do PNAE, distribuídos em quatro propriedades. Com o auxílio do extensionista da EMATER, foi possível realizar a pesquisa em três propriedades participantes do Programa, sendo que a primeira propriedade visitada é composta por três agricultores da mesma família. Nessa propriedade, cada agricultor possui inscrição estadual. A segunda propriedade pertence a uma família de assentados do Banco da Terra, e a terceira propriedade pertence a uma família de agricultores familiares proprietários de uma pequena

propriedade rural. Todas essas propriedades estão localizadas em distritos distintos. O critério utilizado para a escolha dessas famílias e suas propriedades (onde foram realizadas as entrevistas) levou em conta o número de participantes do Programa, contemplando assim o maior número possível de agricultores dentre as seis famílias participantes, aliado a indicação do extensionista da EMATER local, das famílias que tem maior contribuição com o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Maçambará.

Também foram entrevistados representantes de órgãos responsáveis pela Gestão do PNAE no município de Maçambará, os quais foram a EMATER através de seu extensionista, Secretaria de Educação Municipal através da Secretária de Educação bem como a nutricionista do município.

Para a identificação dos agricultores e suas respectivas propriedades usaremos a expressão “A”, “B” e “C”, garantindo assim a preservação da identidade dos mesmos.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE MAÇAMBARÁ

O município de Maçambará desmembrou-se do Município de Itaqui no ano de 1995, com Lei Estadual nº. 10.646 (FEE, 2011). Maçambará está localizado na região Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e sua área territorial é de 1.682,820 Km², tendo uma população de 4.738 habitantes sendo 1310 na área urbana e 3428 na área rural. O PIB per capita no município é de R\$ 31.353,15 (IBGE, 2010).

Conforme IBGE (2010), a densidade demográfica do município é de 2,82 hab/Km², o índice de analfabetismo em pessoas com 15 anos ou mais é de 9,44, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0.743, este considerado baixo em relação aos municípios gaúchos e médio em relação a municípios brasileiros. Ainda em relação ao IDH, vale considerar que os indicadores renda per capita alta e o IDH baixo demonstram que em Maçambará a concentração de renda é alta, o que gera, em decorrência, situação de pobreza e desigualdade.

O clima do Rio Grande do Sul caracteriza-se em temperado subtropical, tendo as temperaturas com grande variação sazonal, verões de calor intenso e invernos rigorosos, sendo as temperaturas médias entre 15 e 18°C, com mínimas de até -10°C e máximas de 40°C, (SEPLAG-RS, 2004).

Segundo (SEPLAG-RS, 2004), a precipitação média da região é de 1.600 mm por ano, havendo uma disparidade nas estações, como no verão, em que as precipitações são irregulares dependendo da localidade.

A economia de Maçambará é baseada na agropecuária, onde a pecuária de corte e a produção de arroz irrigado tem uma maior representação. No ano de 2010, o município possuía rebanho bovino de 112.907 cabeças e uma área de 18.090 hectares cultivadas com arroz. A produção de soja corresponde a uma área de 17.000 hectares e, em relação ao cultivo de milho e trigo, as áreas são menos expressivas (IBGE, 2011). Outros cultivos são desenvolvidos também em menor escala no município, (apresentados em Anexo A), como a fruticultura (principalmente o cultivo de pêssigo, laranja e uvas), e a olericultura (especialmente cultivo de mandioca e batata doce) (IBGE,2011).

Assim, o município de Maçambará tem sua economia fortemente atrelada na agropecuária, em que mais de 65% da população reside na área rural e a atividade

agropecuária absorve grande parte da mão de obra. Mas, como já mencionado, a participação da agricultura familiar é significativa e, nos últimos anos, tem se tornado mais expressiva na região.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR

A Agricultura Familiar passou a ganhar destaque no país após a década de 1990 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, que tem a finalidade de “promover o desenvolvimento sustentável, do segmento rural constituído pelos agricultores familiares” (BRASIL, 1996). Por meio de acesso ao crédito, foi possível proporcionar melhores condições à agricultura familiar que passou a ter maior representatividade.

No ano 2006, com a criação da Lei nº 11.326, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, se constitui um suporte para a criação de políticas públicas para a Agricultura Familiar (BRASIL, 2006, Lei nº 11.326). Conforme o art. 3º, considera-se Agricultor Familiar aquele que “não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais” e que “tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento” (BRASIL, 2006).

A lei garante a legitimidade da agricultura familiar no Brasil, pois tendo uma propriedade rural que não exceda 4 módulos fiscais e esteja na administração da família.

Essa Lei é um avanço importante, pois, como defendem Maluf e Menezes (2000, p. 15) “A atividade agrícola continua sendo a mais importante fonte de renda e de alimentos para a maioria das unidades familiares rurais”.

No contexto da produção de alimentos, a agricultura familiar tem uma participação importante. Segundo Antunes, Muterlle e Cunha (2011 p.2),

A agricultura familiar ocupa papel fundamental na constituição da segurança alimentar, sendo que as atividades agrícolas são importantes fontes de renda e também de alimentos. A produção de alimentos dentro da agricultura familiar tem amplos benefícios, bem como as oportunidades de trabalho e criação de renda para as famílias, e a ampliação da oferta de alimentos para a população em geral.

Para Antunes, Muterlle e Cunha (2011, p. 4):

A agricultura familiar e suas políticas públicas têm ajudado nas questões da segurança alimentar, pois é a maior fornecedora de alimento e proteína animal a população, e é um setor da economia que ocupa uma quantidade considerável de pessoas, gerando assim renda para essas.

Assim a agricultura familiar é forte aliada na produção de alimentos de qualidade e na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Maluf (2006) descreve a importância da agricultura familiar com base no Censo Agropecuário de 1996, no qual cita a participação da agricultura familiar com ênfase na produção brasileira e a sua capacidade em gerar empregos. Como defendem Triches e Schneider (2010, p. 2), “[...] é a agricultura familiar que responde por parte considerável do abastecimento interno de alimentos”. Os argumentos apresentados por esses autores reforçam e evidenciam que a Agricultura Familiar tem o papel fundamental na produção de alimentos.

3.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve seu início em 1954, época em que tinha por nome Campanha Nacional de Merenda Escolar. Mais tarde, em 1965, passou-se a chamar Campanha Nacional de Alimentação Escolar e, somente em 1979, é que passou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE é o Programa Social do Governo Federal mais antigo na área da educação, e o maior Programa de Alimentação em atividade no Brasil (BELIK; CHAIM; WEIS, 2004).

O PNAE, na época da sua criação, tinha o intuito de atender estudantes carentes e seu objetivo principal era reduzir a deficiência nutricional desses estudantes do Brasil (BELIK; CHAIM, 2009). Ao decorrer dos anos, o Programa passou a ter abrangência nacional e a partir de 1988 a alimentação escolar passou a ser um direito garantido.

Em 1994, ocorreu a descentralização do PNAE, o que gerou um grande avanço. Com a publicação da Lei n.º 8.913, de 1994, que dispõe sobre descentralização do PNAE, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão responsável pelo PNAE, estabeleceu convênios com estados e municípios responsabilizando-se pelo repasse de recursos financeiros às escolas. Essa mudança condicionou a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), que

passaram a ser responsáveis por fiscalizar e controlar os recursos destinados à alimentação escolar (BELIK; CHAIM, 2009).

Segundo Belik e Chaim (2009), no ano de 1997, a FAE foi substituída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualmente responsável pelo PNAE. A partir dessas mudanças, a descentralização da alimentação escolar contribui com uma série de fatores positivos, desde a definição de cardápios levando-se em conta a alimentação conforme as diferentes regiões do país, a inserção da Agricultura Familiar como fornecedor de alimentos e a racionalização da logística e custo.

Um marco importante para o PNAE veio a partir da publicação da Lei nº 11.947 (2009), que implicou significativas inovações e transformações no programa. Conforme a Lei nº 11.947, de 2009, os municípios devem garantir a compra direta de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e de suas organizações em proporção mínima de 30%. Além disso, a alimentação fornecida a alunos da educação básica deve ser de qualidade e em quantidades suficientes para atender as necessidades nutricionais enquanto os estudantes estão em atividades escolares (BRASIL, 2009).

De acordo com essa Lei (BRASIL, 2009), deve-se considerar a

A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

Além disso, a Lei nº 11.947 regulamenta o acesso à alimentação de qualidade respeitando os hábitos alimentares e os costumes tradicionais e garantindo uma comercialização direta com a agricultura familiar e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária, possibilitando acesso a novos mercados.

Segundo Conti (2009, p. 48),

Os recursos para o provimento deste vasto programa provêm do Tesouro Nacional. Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) cabe efetuar a transferência dos recursos aos estados e municípios, que têm a obrigação de dar suporte técnico e administrativo, mas também são desafiados a complementar e ampliar os recursos provindos do Governo Federal.

Conforme Belik & Chaim (2009, p. 11) “o PNAE pode resultar em um impacto positivo para economia local, a partir da compra de alimentos de produtores locais”.

Assim, o Programa contribui para o desenvolvimento local, oportunizando melhores condições e alternativas de mercado para a produção familiar.

Para Triches e Schneider (2010), políticas públicas direcionadas à Segurança Alimentar e Nutricional têm papel importante para a sociedade, pois compõe fatores como o componente alimentar e o nutricional, reconectando a cadeia alimentar aproximando o campo com a cidade, através da produção da agricultura familiar.

Nesse sentido, Triches e Schneider (2010) defendem que:

[...] as aquisições públicas alimentares para o Programa de Alimentação Escolar (PAE) surgem como potenciais reintegradores desses componentes, tendo condições de auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos. Por um lado, integram políticas de direito à alimentação, relacionadas à saúde e à nutrição da população de escolares e, por outro, criam mercados para os agricultores familiares onde não existiam ou eram muito débeis. (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, p. 2).

A importância desse programa é citada e defendida por vários autores, que, como vimos, estimulam a criação de novos mercados para a agricultura familiar. Assim, em resumo, essas políticas são de extrema importância, pois, por meio delas são inseridos nos cardápios escolares alimentos saudáveis, oriundos da produção local da agricultura familiar, garantindo produtos de qualidade e uma estratégia de mercado voltada para o fortalecimento da Agricultura Familiar local.

3.4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional é de extrema importância para a sociedade, sendo um direito humano acesso à alimentação adequada. Esse direito é reconhecido internacionalmente, contribuindo, assim, para a alimentação de qualidade em bom nível nutricional. Mais recentemente, defende-se que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional garanta tanto os hábitos e preferências alimentares de uma comunidade como a sustentabilidade do sistema alimentar, garantindo assim produção atual sem comprometer a produção futura (MALUF; MENEZES, 2000).

A definição inicial de Segurança Alimentar foi construída após o término da Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, o conceito de Segurança Alimentar começou a ser construído, pois a produção de alimentos seria uma forte arma contra

países que não conseguiriam produzir alimentos em quantidade suficiente e estocá-los (MALUF & MENEZES, 2000).

Segundo Conti (2009), a sanção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, que aconteceu em 2006, foi um marco importante para o Brasil, pois a mesma aciona os princípios dos instrumentos internacionais sobre o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), e cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), mecanismo que contribui para assegurar o DHAA. Assim a LOSAN estabelece:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Conforme a definição acima, a importância da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano de Alimentação Adequada deve ser garantida, mas, além do acesso em qualidade e quantidade suficientes, essa definição é inovadora porque defende o direito à diversidade cultural e à práticas alimentares que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Assim, com base no Direito Humano de Alimentação Adequada, o Estado tem o dever de promover políticas públicas em Segurança Alimentar e Nutricional. Como argumenta Conti (2009) a respeito do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, “as três obrigações fundamentais dos Estados em relação à realização do DHAA, quais sejam: respeitar, proteger e promover, esta última também contempla a obrigação de prover (CONTI, 2009, p.25).”.

Assim, respondendo a esse direito, os municípios, por sua vez, tem papel fundamental na aplicação dessas políticas, por meio dos programas específicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE MAÇAMBARÁ/RS

Os resultados do presente trabalho bem como a discussão estão apresentados nos subitens abaixo em que o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Maçambará/RS é descrito através de dados coletados e entrevistas realizadas junto aos representantes dos órgãos envolvidos na administração do PNAE no município. Através da coleta de dados obtida, apresentaremos de que forma está acontecendo a inserção dos agricultores familiares e escolas no PNAE em Maçambará. Apresentaremos também as vantagens e dificuldades para a agricultura familiar decorrentes da inserção ao PNAE e, por fim, apresentaremos a contribuição do PNAE para a Segurança Alimentar e Nutricional na comunidade escolar municipal.

4.1 INSERÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES E ESCOLAS NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MAÇAMBARÁ/RS

Em relação à inserção dos agricultores e escolas no PNAE em Maçambará, podemos afirmar que o Programa Nacional de Alimentação Escolar em Maçambará vem crescendo ao decorrer dos anos. O PNAE teve seu início no ano de 2010. A partir de reuniões organizadas pela Prefeitura Municipal com a representação da Secretaria da Agricultura, Secretaria da Educação e EMATER local foi elaborado um projeto para atender ao PNAE. Esse projeto foi levado a conhecimento dos produtores familiares do município que trabalhavam com a produção de frutas e olerícolas e, na ocasião, somente dois produtores desejaram participar.

Além dos dois produtores que, a partir de 2010, passaram a integrar o programa, em 2011 foram inseridos mais três produtores ao PNAE em Maçambará, dando continuidade no ano de 2012 com a inserção de mais um produtor, totalizando seis produtores. Atualmente, para o ano 2013, os seis produtores permanecem no programa. Conforme dados da EMATER, “a produção inicial no primeiro ano, em 2010, era bastante restrita”, ficando somente em algumas hortaliças. Isso acontecia devido aos produtores estarem adaptando-se à nova experiência. Naquela ocasião, o restante dos produtos para a alimentação escolar era adquirido via licitação, de modo que a compra não chega nenhum pouco perto

dos trinta por cento de alimentos produzidos pela agricultura familiar, como é exigido pela Lei nº 11.947, de 2009.

O projeto de inserção ao PNAE do município de Maçambará tem a participação da Secretaria da Agricultura, que disponibiliza o maquinário para preparo do solo “patrulha agrícola”, e também fornece algumas sementes e mudas para os participantes do PNAE em um sistema de troca-troca, que através de um Programa local disponibiliza algumas sementes e mudas para os produtores em troca de um valor baseado na produção dos produtos fornecidos. A EMATER local participa prestando assistência técnica e realizando projetos relacionados à produção dos produtores e à emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que permite aos produtores familiares acesso a políticas públicas destinadas a Agricultura Familiar.

A dificuldade em encontrar participantes para o Programa veio devido a desconhecimento do mesmo e incertezas quanto à regularidade da produção. Conforme o extensionista da EMATER relata, “mesmo o município tendo propriedades familiares que produzem hortifruti, encontramos resistência dos produtores devido a questões de comprometimento com a entrega ao PNAE. Maçambará realiza a Feira do Produtor e a maioria dos produtores preferem participar dela”.

A organização dos produtores e entrega dos produtos é realizada pela EMATER, levando em conta a distância das propriedades da escola. Essa forma de entrega se dá nas escolas distantes da sede.

Atualmente Maçambará possui cinco escolas municipais, onde somente uma encontra-se na área urbana, as outras escolas localizam-se na área rural. Todas elas estão contempladas pelo PNAE. Atualmente, uma escola localizada na área rural conta com uma horta onde são produzidas hortaliças, contribuindo com a alimentação escolar e com a segurança alimentar e nutricional dos alunos.

4.1.1 Caracterização das Propriedades Participantes do PNAE em Maçambará, RS

Entre as famílias entrevistadas ao longo da realização deste trabalho, a propriedade “A” tem três produtores participantes e é a que produz maior quantidade e variedade de alimentos. Essa propriedade está localizada próxima à sede do

município de Maçambará e faz a entrega dos alimentos na central de recebimento e armazenamento dos alimentos destinados ao PNAE, localizada junto a Secretaria de Educação do Município. Essa propriedade tem área própria, totalizando 50 ha e é explorada por três produtores familiares, sendo que um produtor é que responde pelo grupo. Trata-se do pai e de seus dois filhos.

A propriedade “B” é explorada e cultivada por um casal e está localizada em um assentamento adquirido via Banco da Terra. Sua área total é de 08 hectares, localizada a bom acesso, próxima a sede do município. Essa família realiza a entrega de sua produção para a alimentação escolar na central de recebimento junto a Secretaria de Educação.

Já a propriedade “C” está localizada em um distrito distante da sede e de difícil acesso, com estrada de chão batido, sendo explorada por um casal. Sua área total é de 2,5 hectares de área própria. Essa propriedade, por localizar-se em um distrito distante da sede, faz a entrega de seus produtos para a alimentação escolar diretamente na escola de seu distrito.

Entre as propriedades que participam do PNAE, a propriedade da família “A” se destaca em relação à produção. Esses agricultores utilizam várias tecnologias, como estufas com fertirrigação, trator e implementos próprios, onde os agricultores conseguem tirar seu sustento a partir de sua produção, e somente contratam mão de obra na época de plantio e da colheita, sendo, nesse caso, mão de obra temporária.

Nessa propriedade, a produção é bem diversificada, tendo a implantação de pomares que produzem laranjas, bergamotas e pêssegos. A produção de olerícolas também é diversificada com tomate, pimentão, cebola, abóbora, alface, cenoura, brócolis, melão e melancia, como pode ser observado nas figuras 1 e 2 abaixo. Além disso, outra atividade é a criação de gado de corte, com um pequeno rebanho.



Figura 01. Plantação de tomates propriedade A, localizada em Maçambará/RS.

Fonte: arquivo pessoal do autor.



Figura 02. Estufa com produção de tomates Propriedade A, localizada em Maçambará/RS.

Fonte: arquivo pessoal do autor.

As outras duas propriedades têm mais dificuldade em produzir, pois não dispõem de tecnologia devido ao investimento necessário. Apesar disso, conseguem

produzir dentro de suas possibilidades, o que envolve, por exemplo, não utilizar mão de obra contratada para realizar as tarefas, sendo estas realizadas apenas pelos casais de produtores.

A família da propriedade “B” não consegue fazer investimentos devido à não quitação do financiamento do Banco da Terra que serviu para a aquisição da área e a o PRONAF investimento, que utilizou para melhorar a infraestrutura da propriedade na construção de benfeitorias. Assim, o agricultor não pode obter financiamento para investimento na propriedade e para custeio da produção. O não acesso ao crédito dificulta o desenvolvimento de sua propriedade. Um exemplo é que o agricultor pretende fazer estufas, podendo ampliar e diversificar a produção, mas não tem recursos para tanto.

Outro limitante é a falta de água nas épocas de estiagem. Mesmo tendo um açude na propriedade, não é possível distribuir água na plantação devido à falta de mangueiras para conduzir a água. A produção da família “B” conta com um pomar de laranjas, e nas olerícolas, produz batata doce, melão, morangos, milho, alface e repolho (figura 3). A propriedade dessa família conta com um trator e implementos da Associação de Produtores Integração Rural Agrovila de Maçambará (figura 4) para o preparo do solo e para o plantio. A propriedade conta também com a assistência técnica de EMATER. Outra atividade realizada na propriedade é a criação de galinhas, porcos e algumas cabeças de gado de corte.



Figura 03. Horta da propriedade B, localização Maçambará/RS.

Fonte: arquivo pessoal do autor.



Figura 04. Sede da Associação Agrovila, Maçambará, RS.

Fonte: arquivo pessoal do autor.

Seus canais de comercialização são o PNAE, mercados varejistas de Maçambará e Itaqui e a feira do produtor do município.

A família “C” detém uma pequena área de terra, não dispõe de tecnologia para produzir, mas dispõem do auxílio da Secretaria da Agricultura para o preparo do solo e algumas sementes via troca-troca. Conta também com a assistência técnica da EMATER. Os membros dessa família não são alfabetizados, mas detém de conhecimento tácito que auxilia no cultivo e na produção. Apesar desse casal de produtores comercializarem seus produtos na feira do produtor e por meio do PNAE, eles não conseguem tirar o sustento da produção de frutas e olerícolas. Por isso, como explica a esposa, “quando aparece algum serviço, o meu esposo vai e faz”.

A produção da propriedade da família “C” é de batata doce, mandioca, feijão, ervilha, alface, repolho e nas frutas, laranjas e bergamotas, como pode ser visto na figura 05. Além disso, outra atividade é a criação de galinhas poedeiras.



Figura 05. Horta da propriedade C, localizada em Maçambará/RS.

Fonte: arquivo pessoal do autor.

A partir dos dados levantados na pesquisa constatou-se que há dificuldades na extensão rural no município. Maçambará vive basicamente da agropecuária, e, no entanto, a agricultura familiar local não está tendo devida atenção para a participação em programas como o PNAE, que garante comercialização direta em um mercado institucional. Quanto à inserção dos produtores ao PNAE, é baixa a participação dos mesmos não havendo aumento na participação e os produtores que estão inseridos tem dificuldades em aumentar a produção.

A falta de recursos financeiros entre os produtores dificulta o desenvolvimento do Programa. Mesmo existindo políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar no país e no estado, os produtores de Maçambará não estão tirando proveito desses recursos, talvez por não terem informação ampla e segura sobre essas políticas.

4.1.2 Expectativa em Relação ao PNAE em Maçambará

Em entrevista com a Nutricionista do município, contratada no início do ano de 2013 via concurso público, a interlocutora relata suas pretensões e inovações para o PNAE em Maçambará.

Conforme a Nutricionista relata, a partir do momento em que assumiu o cargo, sentiu a necessidade de melhorar alguns pontos. Nesse sentido, ela está requisitando a aquisição de um veículo para a entrega dos produtos destinados à alimentação escolar, pois, atualmente, a entrega dos produtos depende de um veículo da Secretaria da Educação que, muitas vezes, está ocupado em outras funções, adiando, assim, a entrega dos alimentos. A nutricionista defende também melhorias na central de recebimento dos alimentos para a alimentação escolar, possibilitando melhor aspecto no depósito e organização dos alimentos de forma em que sejam acondicionados e preservados por maior período de tempo.

Outra medida a ser adotada para a melhoria do PNAE seria, também na análise da nutricionista do município, qualificar as merendeiras por meio de um curso de Boas Práticas de Fabricação, para melhorar a qualidade das refeições e, ainda, direcionar uma merendeira por escola para o recebimento dos produtos no momento em que a Nutricionista não possa estar presente.

4.2 VANTAGENS E DIFICULDADES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DECORRENTES DA INSERÇÃO AO PNAE

Em relação às vantagens e dificuldades para a agricultura familiar decorrentes da inserção ao PNAE, em geral, a participação do PNAE é descrita com satisfação por todos os produtores, pois, para eles, essa é uma comercialização segura com data certa para a entrega e recebimento dos valores. Como afirma um dos entrevistados, “o PNAE garante o aumento da minha renda” (Família B).

O valor disponível pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de gêneros alimentícios via PNAE em 2013 é de R\$ 45.000,00 e a contrapartida projetada inicialmente da prefeitura é de R\$ 30.000,00. Esses valores são administrados pela nutricionista do município para a aquisição dos alimentos para o PNAE. Para a compra, a nutricionista tem total autonomia e é realizada uma projeção de consumo de alimentos anual (tabela de projeção ano 2013, disponível anexo A), e conforme o cardápio é realizada a aquisição dos gêneros alimentícios e, assim, a aquisição dos alimentos da agricultura familiar, processo explicado pela nutricionista do município.

Triches (2010) descreve a importância da descentralização da alimentação escolar no caso do município de Rolante. Como explica a autora, o município

priorizou a aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar de fornecedores locais e, em especial, a agricultura familiar daquele município passou a ter papel fundamental no cenário local. Maçambará, por sua vez, caminha para essa direção à medida que promove incentivos ao PNAE, como, por exemplo, na valorização dos preços para a aquisição da produção da agricultura local.

No caso de Maçambará, para compra dos produtos da agricultura familiar, é realizada uma tomada de preços pela EMATER local, esta avaliação fica a cargo do extensionista, assim o preço pago pelo produto é acima do valor de mercado dando um incentivo valorizando a produção local. De acordo com os dados da EMATER, no ano de 2012, os produtos da agricultura familiar representaram para o município de Maçambará 18% dos 30% exigidos por lei, por meio desses dados é demonstrada a importância da valorização da agricultura familiar local que recebe incentivo com o preço pago via PNAE. Assim explica uma das famílias entrevistadas, “O PNAE garante um bom preço, mais alto que o valor que eu vendo na feira” (Família C). Vale mencionar que os produtos mais valorizados na aquisição pelo PNAE são tomate, vagem, pêssego, bergamota e repolho.

Contudo, há ainda problemas a serem resolvidos. Entre eles, está a falta de organização dos produtores em criar uma associação. Esse é considerado pelo extensionista da EMATER local um dos principais empecilhos para garantir melhor aproveitamento dos benefícios associados ao PNAE. De acordo com os dados da entrevista com o extensionista da EMATER, os produtores, organizados em uma associação, poderiam criar uma pequena agroindústria, que exploraria o PNAE com produtos que atualmente são adquiridos por licitação. Esse tipo de produção teria comercialização certa, já que o município dispõe de Serviço de Inspeção Municipal e serviço de Vigilância Sanitária, vinculado a Secretaria de Saúde do Município.

Conforme Froehlich (2010), se referindo ao município de Dois Irmãos, a criação de um mercado institucional para a agricultura familiar possibilitou a criação de duas associações, que tiveram papel importante para o desenvolvimento local. No caso de Maçambará, a organização social seria um fator relevante para o desenvolvimento da agricultura familiar e a comunidade escolar, por sua vez, seria beneficiada com alimentos produzidos no município, aproximando assim os produtores dos consumidores.

O Programa permite comercialização certa para os participantes, mas devido a desconhecimento dos produtores quanto à forma em que o programa é conduzido,

aliado às dificuldades em logística e distância das propriedades da sede do município, os produtores tem tido dificuldades para participar do PNAE. De acordo com o extensionista da EMATER “o Programa mantém a garantia de comercialização de seus produtos, já que a prefeitura paga em média os produtores a cada sete dias depois da entrega. Então acho bom para todos.” Assim, como também defende o extensionista interlocutor da pesquisa, o PNAE contribui para a renda das famílias participantes e proporciona alimentação saudável para a comunidade escolar

Outra dificuldade enfrentada pelos produtores é referente ao comprometimento de entrega dos produtos no prazo. Além disso, os agricultores enfrentam problemas com a deriva de herbicidas das lavouras de arroz, muitas vezes perdendo a produção. Outro problema é que grande parte das propriedades não tem um sistema de irrigação devido à dificuldade em fazer empréstimo para investir, sendo muitas vezes uma barreira para aumentar ou diversificar a produção e, assim, possibilitar a entrada de outros produtores no PNAE.

A Tabela 1 sintetiza as vantagens e dificuldades já discutidas em relação a inserção da agricultura familiar de Maçambará ao PNAE.

Tabela 1: Vantagens e dificuldades da agricultura familiar decorrentes da inserção ao PNAE.

VANTAGENS	DIFICULDADES
Garantia de comercialização.	A falta de organização dos produtores em criar uma associação para garantir o mercado.
A aquisição é realizada pela nutricionista do Município.	Logística e distância das propriedades rurais da sede do município.
É realizada uma tomada de preços pela EMATER local, sendo pago um preço acima do valor de mercado, dando incentivo à produção local.	Deriva de herbicidas.
Aumento da aquisição da agricultura familiar local, no ano de 2012 chegou a 18%.	A falta de um projeto de irrigação.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em entrevistas e dados coletados.

4.3 A CONTRIBUIÇÃO DO PNAE PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR DE MAÇAMBARÁ/RS

No que diz respeito à contribuição do PNAE para a Segurança Alimentar e Nutricional da comunidade escolar de Maçambará, obtemos resultados analisados a seguir. Conforme a Secretária de Educação Municipal, o valor repassado pelo FNDE para a aquisição dos gêneros alimentícios é considerado baixo. Contudo, a qualidade da alimentação escolar fornecida pela Prefeitura Municipal é boa para os alunos da rede municipal.

Isso acontece porque, conforme explica a Secretária de Educação de Maçambará:

mesmo a verba sendo pouca, em torno de 0,33 centavos por aluno a refeição diária, a Prefeitura Municipal consegue oferecer uma boa qualidade nas refeições, pois a contrapartida é com um valor alto podendo passar de R\$ 30.000,00 conforme o ano. A implantação de hortas em algumas escolas também contribui muito para um maior incremento de produtos na alimentação escolar.

Ainda de acordo com o representante da Secretaria de Educação, o PNAE é importante para a comercialização, pois por meio dele fomenta-se a Agricultura Familiar proporcionando melhores condições para os participantes, que obtém uma comercialização segura.

De acordo com a nutricionista, também interlocutora desta pesquisa, o PNAE em Maçambará está sendo desenvolvido de maneira satisfatória, pois contribui com a produção local, possibilitando um canal de comercialização para os produtores participantes. A produção é bastante diversificada. Com os produtos adquiridos, é possível fazer um cardápio variado, agregando saladas às refeições salgadas e oferecendo frutas na alimentação. A nutricionista salientou também a qualidade dos produtos, que são bem apresentados na entrega como também refere-se a Secretária de Educação em relação a qualidade dos alimentos, [...]“o PNAE proporciona uma alimentação saudável contribuindo com os bons hábitos alimentares dos alunos”.

Conforme a nutricionista, o cardápio elaborado para as escolas atende a necessidade básica do aluno no momento em que frequenta a escola, garantindo o objetivo do PNAE que é satisfazer as necessidades básicas de alimentação dos alunos nos turnos que estão na escola, as refeições em média são de 350 calorias.

Conforme dados da EMATER (2012), os produtos com valores mais elevados na aquisição da agricultura familiar em Maçambará são o tomate, pêssego, bergamota, a vagem e repolho. Os altos preços desses produtos se justificam devido a menor produção, em razão das dificuldades de cultivo e produção. Esse é o caso da bergamota que é pouco cultivada no município e também entre os produtores participantes do PNAE. O restante dos produtos principalmente o tomate também tem produção baixa, pois o clima interfere nesse cultivo. Por isso, em algumas épocas do ano, produtos como o tomate são produzidos em pequena escala e apenas em estufas na propriedade "A". Dados da EMATER de Maçambará em 2012 indicam que 18% dos produtos foram adquiridos pelo PNAE foram da agricultura familiar. Esse número vem crescendo se comparado aos anos anteriores, como em 2010, em que chegou a 8% e 2011, em que chegou a 13%.

Conforme conversa com o extensionista da EMATER de Maçambará sobre uma análise geral do PNAE, devido a comunidade escolar ser pequena, não haverá aumento significativo no número de produtores. O extensionista acredita que os produtores não querem comprometimento direto com a entrega, mas sim produzir para vender na feira do produtor local e para mercados varejistas da cidade, pois a Secretaria de Agricultura dispõe de uma patrulha agrícola bem equipada e viabiliza algumas sementes para o plantio, também a EMATER disponibiliza de assistência técnica para os produtores. Esses benefícios são estendidos aos participantes do programa e também aos não participantes. Contudo, a opinião do extensionista da EMATER em relação ao aumento de produtores envolvidos no PNAE não condiz com os dados apresentados, pois o mesmo indica que 18% da aquisição dos gêneros alimentícios para o PNAE são da agricultura familiar. Portanto, apenas para atender a exigência da aquisição de 30%, como previsto na Lei 11.947, de 2009, há possibilidades para inclusão de produtores e para o aumento da quantidade de produtos entregues.

A Prefeitura Municipal, por intermédio das Secretarias competentes, incentiva a produção de hortaliças nas escolas. Essa iniciativa representa economia para o poder público e pode contribuir para diminuir eventual falta de produtos. Dentre as hortaliças mais produzidas nas hortas escolares estão a alface e tempero verde.

A Nutricionista da Prefeitura Municipal que, como já mencionado, assumiu o cargo recentemente, está interagindo-se do funcionamento do PNAE e sente-se com grande motivação para melhorar a alimentação escolar do município. Anteriormente,

o PNAE era gerenciado por uma nutricionista contratada, o que, como argumenta a atual nutricionista, o fato de a antiga nutricionista ser contratada, poderia influenciar nas tomadas de decisões não possibilitando uma boa administração contribuindo com as dificuldades da administração do Programa no município. Conforme a nutricionista interlocutora desta pesquisa afirma que uma maneira de garantir a SAN a comunidade escolar no município é valorizar a agricultura familiar local na aquisição dos gêneros alimentícios, esta ação permitiria uma diversificação da produção dos agricultores familiares beneficiando a comunidade escolar com seus produtos de qualidade.

Como explica ela, “esses produtores devem ser valorizados, pois eles [os agricultores] poderiam simplesmente vender seus produtos em outro local, não se comprometendo com o PNAE”. Além disso, as compras locais permitem que os produtos cheguem às escolas mais frescos e com mais qualidade. Nesse sentido Triches (2012), referindo-se ao contexto do município de Rolante/RS, afirma que o produto adquirido de agricultores locais apresenta melhor qualidade, o que é um fator positivo.

Comprar de agricultores locais favorece a diminuição do trajeto a ser percorrido do local da produção até o consumo final, o que proporciona o oferecimento de alimentos mais frescos. Por outro lado, a forma tradicional de plantar, beneficiar e produzir caracteriza um produto mais natural. (TRICHES, 2012, p. 8).

Mesmo tendo sua produção voltada principalmente para a lavoura orizícola e a pecuária de corte, o município de Maçambará tem grande potencial para a produção de frutas e hortaliças. A Prefeitura Municipal é incentivadora dessa produção e, como já mencionado, possui uma patrulha agrícola bem equipada e tem proporcionado vários projetos voltados à diversificação de produção na área de fruticultura e olericultura. Além disso, atualmente tem realizado o troca-troca de algumas sementes e mudas, como no caso do milho e da batata doce. Essas ações proporcionadas atualmente somadas aos projetos desenvolvidos são de grande relevância para a Segurança Alimentar e Nutricional de Maçambará.

A contribuição do PNAE para a Segurança Alimentar e Nutricional da comunidade escolar de Maçambará é de fato significativa, porém há ainda muito a melhorar. Um exemplo está na produção, pois é preciso garantir condições aos produtores, o que pode ser feito não apenas por meio de acesso as políticas

públicas, mas também pelo reforço do serviço de extensionismo rural, que é de extrema importância para os agricultores.

A EMATER local, por sua vez, participa do PNAE garantindo assistência técnica aos produtores e trabalhando na execução de projetos para a produção e organização do PNAE, mas o limitante é que, em Maçambará, a instituição tem somente um funcionário para atender todas essas funções.

Conforme a pesquisa de campo constatou-se que somente uma propriedade tem recursos para uma produção diversificada. Esta garante boa parte da entrega ao PNAE, enquanto as duas propriedades estudadas produzem sem tecnologias que proporcionem o aumento da produção.

A falta de um projeto de irrigação para esses produtores participantes do PNAE é um dos fatores limitantes para o aumento e diversificação da produção agrícola. Para superar esse desafio, o município, através da Prefeitura, deveria ser parceiro oferecendo uma solução mínima para dar continuidade e ampliar a produção local. Essa iniciativa daria incentivo aos já participantes e traria novos produtores para o PNAE, o que contribuiria para alcançar a aquisição dos 30% de gêneros alimentícios exigidos pela Lei e, futuramente, até ultrapassando esse valor. Desse modo, seria possível garantir o desenvolvimento de propriedades familiares de Maçambará, garantindo comercialização sólida e beneficiando tanto os agricultores quanto a comunidade escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Maçambará foi implementado em 2010 e, atualmente, atende todos os seiscentos e noventa alunos da rede municipal. O Programa está em crescimento e ao decorrer dos anos vem atingindo significativa melhora na aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura Familiar. Como visto, atualmente cerca de dezoito por cento dos trinta por cento exigidos pela Lei nº 11.947, de 2009, vem sendo atingido. Esses dados indicam que, mesmo com avanços, o Programa ainda tem muito a progredir.

A falta de um serviço de extensão rural mais presente pode ser uma das causas do desinteresse dos produtores em participar do PNAE. De fato, a EMATER local possui somente um extencionista rural, o que certamente é insuficiente para atender a todos os agricultores do município. A Secretaria de Agricultura tem uma boa contribuição com a agricultura familiar do município e com o PNAE, principalmente porque oferece maquinário, implementos e organiza o sistema de troca-troca de algumas sementes. Entretanto, essa Secretaria não dispõe de um técnico ou agrônomo para auxiliar na assistência técnica, evidenciando claramente uma lacuna no serviço de extensão rural. Para sanar esse problema, seria válida a contratação de mais profissionais para a elaboração de projetos específicos para a inserção de novos produtores ao PNAE e para a sustentação dos participantes com um serviço de extensão rural mais presente, garantindo assim a ampliação e o sucesso do PNAE em Maçambará e não sendo o Programa utilizado como uma obrigação para o cumprimento normativo legal.

Os agricultores familiares que participam do Programa têm satisfação em contribuir para a alimentação escolar do município, embora encontrem dificuldades mas, mesmo com pouca tecnologia, conseguem produzir de acordo com suas possibilidades. O PNAE garante um canal de comercialização certa para os agricultores participantes, garantindo um mercado institucional que contribui para fortalecer a agricultura familiar, principalmente porque o programa estimula a valorização da produção local, incentivando os produtores a participar e a continuar no Programa.

Por meio da valorização de produtos oriundos da agricultura familiar local, é possível incentivar a diversificação e a qualidade desses produtos, contribuindo assim para garantir alimentação saudável e adequada à comunidade escolar

maçambareense. Com isso, estimulam-se bons hábitos alimentares e a alimentação adequada aos alunos, pelo menos no momento em que estão na escola, contribuindo, portanto, para a Segurança Alimentar e Nutricional da comunidade escolar.

Como o presente trabalho evidenciou, o PNAE garante um mercado promissor para a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, contribui para a alimentação de qualidade e adequada da comunidade escolar, fortalecendo, desse modo, iniciativas voltadas para o desenvolvimento rural e local.

Acredita-se que os objetivos do trabalho foram alcançados. O PNAE é um programa de muita importância devido ao seu potencial em contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar de Maçambará e colaborar com a Segurança Alimentar e Nutricional da comunidade escolar do município.

A partir desse trabalho surgem outras questões que podem ser pesquisadas sobre o PNAE com vistas a contribuir para o desenvolvimento local. Entre as questões a serem pesquisadas, é válido citar a dificuldade de inserção e participação de novos agricultores familiares para aumentar a comercialização de produtos ao PNAE, a garantia de permanência e aumento de produção dos já produtores já participantes, o processo de solidificação do mercado por meio de ações que possam garantir a comercialização que atualmente é realizada via licitação aumentando, assim, a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar local. Por fim, é válido mencionar também a importância de realizar estudos que contribuíssem para melhorias do serviço de extensão rural no município.

REFERÊNCIAS

ANTUNES; Dinameres Aparecida. MUTERLLE; Juliana Carla. CUNHA; Luiz Alexandre Gonçalves. **a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar**. XII Jornada do Trabalho. Curitiba 2011. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/ANAISXII/GT2/TRABALHOS/GT_2_12Dinameres.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BELIK, Walter; CHAIM, Núria Abrahão. **O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v22n5/v22n5a01.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

BELIK, Walter; CHAIM, Núria Abrahão; WEIS, Bruno. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, MT: SOBER, 2004. p. 1-12.

BRASIL. DECRETO nº 1946, de 28 de junho de 1996. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>>. Acesso em: 03 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 22. nov. 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Presidência da República, Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 03. dez. 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em 04 de Dez. de 2012.

CONTI, Irio Luiz. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009. E-book. Disponível em: <https://moodleinstitucional.ufrgs.br/pluginfile.php/551785/mod_resource/content/0/Conti_I._2009_Seguranca_Alimentar_e-book_1_.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2012.

FROEHLICH, Elisângela. **A capacidade de “fazer diferente: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS)**. 2010. Dissertação (Mestre em

Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/mestrado/froehlich.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2013.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. Resumo Estatístico Maçambará 2011. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Ma%E7ambar%E1. Acesso em: 04 de Jun. de 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. CENSO 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=431171>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. CENSO 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

MALUF, Renato S. MENEZES, Francisco. **Caderno ‘Segurança Alimentar’ Itens de 1 a 8, introdução a SAN, e item 14 formulação de políticas públicas**. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=17426>>. Acesso em 22 nov. 2012.

SEPLAG, Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

TRICHES, Rozane Marcia. **Reconectando a produção ao consumo**: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/19603/PGDR_D_031_ROZANE_TRICHE_S.pdf>. Acesso em: 05. mai. 2013.

TRICHES; Rozane Márcia. SCHNEIDER; Sergio. **Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de alimentação escolar no município de Dois Irmãos (RS)**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/779.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

TRICHES; Rozane Márcia . **A ressignificação da qualidade dos alimentos na construção de mercados locais**: o caso da alimentação escolar. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 5., 2012, Belém. Título ...Belém, 2012.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista com o extensionista da EMATER

Quantas propriedades familiares participam do PNAE?	
Esse número é considerado suficiente para atender o Programa?	
Todas essas propriedades recebem assistência técnica?	
Existe alguma dificuldade em organizar a produção, como na diversificação?	
Em relação ao nível de produção, os produtores atingem um bom nível?	
O que o PNAE representa para o município de Maçambará?	
Qual sua análise sobre o PNAE no município de Maçambará?	

Roteiro para entrevista com os Produtores

	FAMILIA A	FAMILIA B	FAMILIA C
Qual a área da propriedade? Própria ou Arrendada?			.
Quais produtos são produzidos na propriedade?			
Quando começou a participar do PNAE?			
Como obteve conhecimento do PNAE?			.
Quais os produtos que são entregues ao PNAE?			

A propriedade participa de outros canais de comercialização ou somente faz parte do PNAE?			
A propriedade conta com assistência técnica?			
Encontra dificuldade em cultivar algum produto?			
Tem dificuldades ao fazer a entrega dos produtos ao PNAE?			
Está satisfeito com a participação no PNAE? Em relação aos valores recebidos está conforme?			
Quais benefícios o PNAE proporciona a sua família?			

Roteiro de entrevista com a Secretária de Educação de Maçambará

Quantas escolas possui o município?	
Quantos alunos são beneficiados pelo PNAE?	
Qual o valor anual gasto com o PNAE no município?	
Atualmente quantos agricultores são participantes do PNAE?	
O número de participantes é ideal ou é baixo?	
Existe dificuldade de entrega dos produtos, ou dificuldade em produzir?	
Em sua opinião o PNAE está colaborando com a Segurança Alimentar e Nutricional em Maçambará?	

Quais os benefícios que o PNAE representa para a comunidade escolar do município e produtores participantes?	
--	--

Roteiro de entrevista com a Nutricionista do Município

Como você analisa a contribuição do PNAE no município de Maçambará?	
Os produtos recebidos via PNAE são suficientes para a elaboração de um cardápio balanceado na merenda escolar?	
Os produtos entregues são variados? São de boa qualidade?	
Existe alguma dificuldade enfrentada em relação ao PNAE?	
Em sua opinião os produtores encontram dificuldades para produzir ou entregar os produtos?	
Qual a sua avaliação do PNAE em Maçambará, você acredita que o Programa contribui para a Segurança Alimentar e Nutricional no município?	
Qual a sua expectativa em relação ao PNAE?	

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**As transformações ocorridas no município de Maçambará, RS, a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “As transformações ocorridas no município de Maçambará, RS, a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar” – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo ” Analisar quais as transformações socioeconômicas que o Programa Nacional de Alimentação Escolar proporcionou no município de Maçambará”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “LUIS HUMBERTO PINTO ALDERETE” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Maçambará, ____ / ____ /2013

ANEXO A

Tabela de projeção de aquisição de hortifruti via PNAE para o ano de 2013

Cebola	528 KG
Tomate	1320 KG
Cenoura	400 KG
Beterraba	180 KG
Batata doce	276 KG
Mandioca	455 KG
Moranga	390 KG
Repolho	1071 KG
Laranja	1024 KG
Bergamota	588 KG
Pêssego	850 KG
Manga	700 KG
Vagem	96 KG

Fonte: Nutricionista do município de Maçambará

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE MAÇAMBARÁ ANO 2011

Produção cultura	Área (ha)	Produtividade Kg/ ha
Arroz-irrigado	18.090	7.400
Soja	17.000	600
Feijão	180	2.000
Sorgo Granífero	800	2.500
Milho	3.000	3.800
Cana-de-açúcar	30	30.000
Mandioca	30	8.000
Trigo	3.500	2.500
Laranja	10	10.000
Maçã	1	1.000 (fase de implantação)
Uva	25	4.000
Figo	1	2.000
Pêssego	20	13.500
Cebola	1	8.000
Batata-doce	4	5.000

Fonte: EMATER MAÇAMBARÁ